

PROJETO DE LEI Nº DE 2024. (Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Dispõe sobre a implantação e utilização de câmeras corporais por Membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Membros do Ministério Público, Membros dos Tribunais de Contas e Auditores.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** Esta lei estabelece a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais, no exercício de suas funções, pelas seguintes autoridades:
 - I Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF);
 - II Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
 - III Ministros do Tribunal Superior Eleitoral;
 - IV Ministros do Tribunal Superior do Trabalho;
 - V Ministro do Superior Tribunal Militar;
 - VI Juízes da Primeira e segunda instancia, no âmbito Federal e Estadual;
 - VII- Membros do Ministério Público de Primeira e Segunda instancia, no âmbito Federal e Estadual;
 - VIII Ministros dos Tribunais de Contas da União, Conselheiros do Tribunal de Contas dos Estados e Auditores dos Tribunais de Contas Municipais.
 - IX Auditores e membros da Receita Federal do Brasil;
 - X Deputados Federais e Senadores da República;
 - XI Deputados estaduais e vereadores;
 - XII Presidente da República, Governadores e Prefeitos;

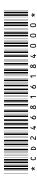






- XIII- Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais.
- Art. 2º O uso de câmeras corporais tem como objetivo:
 - I Promover a transparência e a responsabilidade no exercício das funções públicas;
 - II Garantir a segurança jurídica das partes envolvidas em atos administrativos, judiciais e parlamentares;
 - III Assegurar o cumprimento dos princípios da publicidade, moralidade e eficiência.
- Art. 3º As câmeras corporais deverão ser utilizadas nos seguintes momentos:
 - I Durante audiências, sessões deliberativas, inspeções ou reuniões formais que envolvam a participação direta dos sujeitos obrigados;
 - II No desempenho de atos administrativos relevantes, quando aplicável;
 - III Durante o atendimento ao público ou ao realizar diligências oficiais.
- **Art. 4º** O registro audiovisual realizado pelas câmeras corporais deverá observar os seguintes limites:
 - I Estar restrito ao exercício das funções institucionais dos sujeitos obrigados;
 - II Preservar o sigilo de informações sensíveis, quando expressamente previsto em legislação específica;
 - III Garantir o respeito à intimidade e à dignidade das pessoas envolvidas, conforme estabelecido pelo art. 5°, inciso X, da Constituição Federal;
 - Art. 5° Os registros audiovisuais realizados:
 - I Serão armazenados em sistema seguro e gerido por órgão competente;
 - II Serão acessíveis mediante requerimento fundamentado de órgãos de controle, judiciais ou administrativos;
 - III Terão prazo de armazenamento de 5 (cinco) anos, salvo disposição contrária em lei.







- **Art. 6º** Constituem exceções ao uso das câmeras corporais:
 - I Situações que envolvam discussão de matérias protegidas por sigilo legal ou judicial;
 - II Atividades que comprometam a segurança do agente ou de terceiros, mediante justificação expressa.
- Art. 7º Os órgãos e entidades envolvidos na execução desta lei deverão:
 - I Promover capacitação dos agentes sobre o uso adequado das câmeras corporais;
 - II Adotar medidas de segurança para prevenir acessos não autorizados aos registros;
 - III Realizar auditorias periódicas sobre o cumprimento das disposições desta lei.
- Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A transparência e a integridade são pilares do Estado de Direito. Neste sentido, a presente proposição visa instituir o uso de câmeras corporais para agentes públicos em funções de alta relevância, como Ministros do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais de Contas da União e dos Estados membros, Auditores e membros da Receita Federal, Deputados e Senadores promovendo assim maior controle social e prevenção de abusos.

Importa destacar que recentemente com o mesmo fito foi editado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, a Portaria do MJSP nº 648/2024, que estabelece diretrizes sobre o uso de câmeras corporais em Policiais Militares, Bombeiros Militares, Policiais Civis, Policiais Penais, Policial Federal e Guardas Municipais de todo o Brasil, e destaca a importância deste instrumento como ferramenta de fiscalização e proteção aos agentes e cidadãos. Além disso, atende aos princípios constitucionais da publicidade e moralidade administrativa, consagrados no art. 37 da Constituição Federal.







De modo que, entende este legislador ser perfeitamente razoável mediante projeto de lei este mesmo equipamento aos supramencionados agentes públicos de alta relevância, se o objetivo é garantir a lisura dos atos praticados por nossos policiais no Brasil.

Sendo assim, é importante ressaltar que os limites previstos nesta lei asseguram o respeito à intimidade e dignidade humana, equilibrando os direitos fundamentais com a necessidade de fiscalização e transparência.

Ademais, o uso de câmeras corporais tem demonstrado resultados positivos em âmbitos como a segurança pública, segundo o próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Portanto, solicito a aprovação deste projeto de lei como medida essencial para o fortalecimento da transparência e da prestação de contas por agentes públicos no Brasil.

Sala das sessões, em de dezembro de 2024.

Cabo Gilberto Silva Deputado Federal PL/PB



